

HABEAS CORPUS Nº 536.437 - AM (2019/0292606-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADA : FLAVIA LOPES DE OLIVEIRA - AM004382
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PACIENTE : STIVE PINHEIRO DA SILVA (PRESO)
OUTRO NOME : STEVE PINHEIRO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de STIVE PINHEIRO DA SILVA, outro nome, STEVE PINHEIRO DA SILVA, em face do acórdão do Tribunal de Justiça de Amazonas, assim ementado (fl. 803):

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. LATROCÍNIO. RÉU CONDENADO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. RELAXAMENTO DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO PARA REMESSA DO RECURSO DE APELAÇÃO AO JUÍZO AD QUEM. ANÁLISE PREJUDICADA. PROVIDÊNCIA ADOTADA PELA AUTORIDADE COATORA. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. MEDIDA CONSTRITIVA NECESSÁRIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. Torna-se prejudicada a análise do pleito de relaxamento da prisão por excesso de prazo para remessa da Apelação ao juízo ad quem, tendo em vista que, após a impetração do writ, tal providência fora adotada pela autoridade coatora.
2. A manutenção da custódia preventiva somente se justifica quando restar evidenciado, através de dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.
3. Na espécie, a segregação cautelar é necessária para a garantia da ordem pública, sobretudo levando-se em conta a periculosidade do Paciente e a gravidade do delito em questão (latrocínio em desfavor de adolescente, a qual foi brutalmente assassinada com múltiplos ferimentos de arma branca).
4. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 2/2/2011, sendo condenado à pena de 22 anos e 17 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime descrito no art. 157 § 1º e § 3º, parte final, c/c art. 29, ambos do Código Penal, c/c artigo 1º, II, da Lei 8.072/90.

Sustenta o impetrante, em síntese, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva e excesso de prazo para encerramento da instrução.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Na origem, o processo n. 0000479-62.2013.8.04.5300 encontra-se na fase de apelação, sendo que o último ato foi a determinação de redistribuição do feito, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 30/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto (fls. 637/640):

SEGREGAÇÃO CAUTELAR

A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da providência extrema, nos termos dos artigos 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

Com efeito, considero que o *modus operandi* realizado pelos acusados STIVE PINHEIRO DA SILVA e JOSIMAR GOMES DA SILVA afigura-se apto a revelar a gravidade concreta do delito e o efetivo perigo dos agentes, constituindo fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva com base na garantia da ordem pública.

Frise-se, tem-se como necessário o decreto preventivo, pois presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, justificando a imperiosa necessidade de resguardar a paz social, que restará abalada pela manutenção em liberdade dos sentenciados.

Há de ser admitida a prisão preventiva em hipótese de real e inequívoco abalo social provocado pela prática de crime de extrema gravidade, visando-se, destarte, não apenas ao restabelecimento do sossego social, como também a própria credibilidade das instituições, sobretudo do Judiciário.

Conforme bem delineado por Guilherme de Souza Nucci, "a garantia da ordem pública deve ser visualizada pelo binômio gravidade da infração + repercussão social".

Torna-se importante lembrar, por fim, que a liberdade provisória concedida aos acusados durante a instrução processual (item 16.1) somente foi determinada em razão da demora na conclusão do feito (excesso de prazo), e não em virtude de ausência dos requisitos da preventiva.

Ademais, os nossos Tribunais Superiores têm entendido pela legitimidade da

Superior Tribunal de Justiça

prisão preventiva quando a periculosidade do agente é demonstrada concretamente.

[...]

Dessa forma, decreto a PRISÃO PREVENTIVA de STIVE PINHEIRO DA SILVA e JOSIMAR GOMES DA SILVA, porquanto presentes os requisitos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal e por não ser, no momento, viável qualquer das medidas cautelares diversas da prisão estabelecidas no artigo 319 do mesmo diploma legal.

Expeça-se mandado de prisão.

De outra banda, não há motivo para fundamentar a cautela provisória de MARLIANA ALMEIDA DA SILVA, razão pela qual a condenada poderá apelar em liberdade.

Transitada em julgado esta sentença, os condenados JOSIMAR GOMES DA SILVA, STIVE PINHEIRO DA SILVA e MARLIANA ALMEIDA DA SILVA terão os seus nomes lançados no rol dos culpados (art. 393, II, CPP e art. 5º, LVII, CF/88), com a observância, ainda, das condições contidas no art. 15, inciso III, da Constituição Federal.

Como se vê, a prisão preventiva foi fundamentada na gravidade do crime, evidenciada nas circunstâncias fáticas, *considero que o modus operandi realizado pelos acusados STIVE PINHEIRO DA SILVA e JOSIMAR GOMES DA SILVA afigura-se apto a revelar a gravidade concreta do delito e o efetivo perigo dos agentes, constituindo fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva com base na garantia da ordem pública*, de modo que não se verifica, ao primeiro exame, ilegalidade na decisão recorrida.

Ademais, ressalta-se que há divergência na Sexta Turma deste Tribunal sobre a fundamentação do decreto prisional ante as circunstâncias fáticas do crime de latrocínio. Em face disso, é inviável a concessão de liminar no presente caso, sendo que a análise da matéria deve ocorrer de forma mais apurada, por ocasião do julgamento de mérito do colegiado, juiz natural da causa.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator